

Ameaças à previdência exigirão mobilização dos AFRFB

A Previdência Social está mais uma vez ameaçada. A proposta de mudança nas regras da contribuição patronal — a chamada desoneração da folha—representa um grave risco ao financiamento da seguridade social. O alerta é da AFRFB Clemilce Carvalho. Em entrevista ao Agente Fiscal, a colega também denuncia as sucessivas anistias que beneficiam empregadores inadimplentes. *Página 5*



Aelio, Gláudia e a representante da DEN, Clotilde Guimarães, na abertura do encontro.

Sucesso: I Encontro de Ativos e Aposentados da DS/Rio reúne colegas para reflexão, debate e conagração. *Página 3*

DS/Rio quer inclusão da RFB em plano para fronteiras

Anunciado pelo governo no início de junho, o Plano Estratégico de Fronteiras “esqueceu-se” da Receita Federal, provocando a indignação dos AFRFB. Os colegas da Direp 7ª RF divulgaram uma carta aberta à DEN, cobrando providências. A DS/Rio defende a mobilização de toda a categoria e de todos os níveis da administração para reverter esse desprestígio à RFB. *Página 8*

Acordos reivindicados pela DS/Rio facilitarão a obtenção do porte de arma

Uma turma de 30 colegas deu início, no dia 20 de junho, aos testes psicológicos obrigatórios para a obtenção de porte de arma. O programa é resultado de uma iniciativa da DS/Rio, que reivindicou da administração uma solução para que os colegas não tivessem que arcar com os altos custos dos testes e treinamentos. O projeto também prevê o curso de tiro. *Página 6*

Porto de Itaguaí: colegas pedem aumento do quantitativo para acompanhar crescimento econômico. *Página 7*

DS/Rio redimensiona gastos para reforçar atividade política

Na última edição do *Agente Fiscal*, já chamávamos a atenção para as grandes dificuldades enfrentadas pelas instâncias de base do Sindicato, decorrentes da centralização de recursos financeiros na DEN. No caso da DS/Rio, essa realidade tem nos obrigado a cortar na carne, reduzindo até mesmo as atividades sindicais.

A Estrutura da DS/Rio é resultado da fusão das estruturas da antiga Delegacia Sindical do Unafisco e do Sindifisp-Rio, que era de base estadual. Na criação da nova entidade, assumimos integralmente a sede do antigo Sindifisp, abrindo mão de consideráveis recursos financeiros que, assim, foram destinados às DS de Niterói e Campos. Além disso, herdamos todo o peso dessa estrutura: duas sedes, todos os funcionários, encargos, etc.

Para fazer frente à nova realidade e conseguir nos dedicar à função essencial da entidade, que é a atividade sindical, tivemos que tomar medidas duras: espaçamos a periodicidade do jornal (reduzindo custos não só

de impressão, mas, especialmente, de postagem), demitimos três funcionários, deixamos de dar aos empregados da DS o reajuste anual, em fevereiro e, recentemente, entregamos as duas salas alugadas que ainda mantínhamos do 4º andar da sede da Debret, concentrando toda a nossa atividade no 7º andar. As três salas do 4º andar que são propriedade da DS estão sendo alugadas.

Sabemos que são medidas paliativas. A solução definitiva virá com a revisão do sistema de repartição de recursos entre a DEN e as DS. No nosso caso, também temos uma tarefa grave e importante pela frente: decidir em qual das duas sedes (Debret ou Quitanda) deverá funcionar a DS/Rio. Entendemos, porém, que numa primeira gestão pós-fusão, nosso objetivo maior deveria ser a integração da categoria. A escolha por um ou outro imóvel, naturalmente, trabalharia contra esse processo. Eis porque preferimos que esse desafio seja enfrentado após um debate de maior fôlego, num futuro próximo.

Turma de 81 comemora 30 anos de RFB



Os auditores-fiscais empossados em 1981 (concurso de 1980) vão celebrar seus 30 anos de Receita Federal no dia 6 de agosto (sábado), com um jantar festivo no Clube Monte Líbano, no Rio de Janeiro. A organização da festa está a cargo dos AFRFB Maria Amélia F. Loureiro e Luiz Antonio Barros, que vêm contatando os colegas de turma em todo o Brasil, convocando-os para a confraternização.

Para o jantar comemorativo, marcado para as 20:30h, a expectativa é reunir 150 pessoas—capacidade máxima do salão do Monte Líbano. As reservas ainda podem ser feitas pelo endereço eletrônico festa30@terra.com.br, ou pelos telefones (21) 2247-6657 ou (21) 9994-1611, com Maria Amélia. Os convites custam R\$ 130 por pessoa.

O *Agente Fiscal* é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Sindifisco Nacional** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Presidente:** Aelio dos Santos Filho. **Vice-Presidente:** Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. **Secretário-Geral:** Rosângela Dutra Weck. **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas. **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Binda Campos Pereira. **Diretora de Administração:** Sonia Chaves Mesentier. **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marilene de Oliveira Maron. **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Teresa Maria da Silva Vagos. **Diretor de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Diretor de Comunicação:** Alexandre Teixeira. **Diretor de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede. **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Terci Aires Moreira de Affonseca Reis. **Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa. **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Antonio Henrique Azevedo da Cunha. **Diretor de Atividades Socioculturais:** Regina de Fatima da Silva Caldeira Hardman. **Diretores Suplentes:** Avelino Salvador, Luciano de Moraes Rebouças e Jose do Nascimento Freitas. **Cons. Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Sergio Santiago da Rosa e Armando Domingos Barcellos Sampaio. **Jornalista responsável:** Cyntia Campos (MTb 1394). **Diagramação:** Manuela Leite. **Foto:** Felipe Oliveira. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro - CEP: 20030-080 - **Fone:** (21)3125-3800 / 3125-3805 (fax) ; Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - **Fone:** (21) 2507-6063. **E-mail:** dsrj@sindifisconacional-rj.org.br **Site:** www.sindifisconacional-rj.org.br. Distribuição Gratuita, circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Reflexão, debate e conagraçamento



Durante o encontro, a superintendente Eliana Polo anunciou que as novas carteiras funcionais serão emitidas também para os AFRFB aposentados

Política, economia e qualidade de vida foram os principais temas do I Encontro de Ativos e Aposentados da DS/Rio, que reuniu cerca de 60 colegas em Mangaratiba, entre os dias 17 e 19 de junho. “Esse evento é o coroamento de todas as ações desenvolvidas pela Diretoria de Assuntos de Aposentadorias e Pensões visando à integração dos colegas”, afirmou a titular da pasta, Gláudia Mamede, organizadora do encontro.

Na abertura, Gláudia fez um balanço das diversas iniciativas voltadas para o lazer e a mobilização dos colegas aposentados, como as viagens, tardes culturais e encontros com parlamentares, na busca de apoios à aprovação no Congresso de matérias do interesse da categoria, como a PEC 555.

O encontro foi realizado no Hotel Porto Real, diante da belíssima Baía de Angra dos Reis, e foi aberto na tarde da sexta-feira. Além do pronunciamento de Gláudia, a mesa inaugural contou com o presidente da DS/Rio, Aelios Santos Filho e da representante da DEN, titular da pasta nacional de Assuntos de Aposentadorias e Pensões, Clotilde Guimarães.

Desafios- Numa das palestras dedicadas aos temas tributários, o auditor-fiscal aposentado Cristovão Bar-

celos da Nóbrega apresentou um interessante painel sobre a história do Imposto de Renda, a partir de fatos pitorescos e ilustrada por vídeos — como a primeira campanha do “Leão do IR”, criada pela agência DPZ, em 1980 —, documentos e dados, coletados ao longo de muitos anos de pesquisa. Já a AFRFB Luciene Ferro, ex-delegada-substituta em Niterói, apre-

sentou a experiência do Observatório Social, uma iniciativa criada em Maringá (PR), que estimula a participação da sociedade na fiscalização dos gastos públicos.

O Encontro também foi uma oportunidade de reflexão sobre os desafios postos para a categoria, como as novas ameaças à Previdência Pública, a tentativa do governo de sacramentar a reforma da previdência dos servidores, a partir da criação dos fundos de pensão do funcionalismo, e a necessidade de mobilização para garantir o fim da cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e assegurar a aposentadoria integral aos aposentados por invalidez.

Para subsidiar essa reflexão, o professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves, apresentou o painel “A conjuntura atual e seus desafios”. A mesa foi moderada pelo auditor-fiscal Marcelo Lettieri, que analisou os riscos contidos na mudança da cobrança da contribuição patronal à Previdência e na consolidação da reforma previdenciária.

Os interesses mais específicos dos auditores-fiscais foram debatidos numa mesa sobre o andamento das

ações judiciais movidas pelo Sindifisco Nacional e sobre as matérias em tramitação no Congresso que afetam diretamente à categoria, com a participação do diretor de Assuntos Jurídicos da DEN, Sebastião Braz da Cunha dos Reis, da gerente do Departamento Jurídico, Priscilla Bascile, e do advogado Davi Issa, que deram informes sobre a situação de processos, como é o caso dos 28,86%. O representante da DS/Rio no debate, o diretor de Comunicação Alexandre Teixeira, sintetizou as principais dúvidas dos AFRFB cariocas.

Alexandre também defendeu que, nas lutas empreendidas no Congresso, os auditores-fiscais busquem retomar o protagonismo que já tiveram, num passado recente. “Estamos dependendo demais de PECs e projetos articulados e negociados por outras categorias”. Um dos exemplos citados foi a PEC 443, formulada para estabelecer os vencimentos de advogados públicos em 90,25% dos subsídios dos ministros do STF. “Enfraquecidos e sem mobilização, restano-nos ficar numa posição secundária, quase subalterna, pleiteando uma emenda que nos inclua na PEC”, lamentou Alexandre. “E com o agravante que ainda chegamos atrasados, dando início às gestões por uma emenda já com a tramitação da matéria bastante adiantada”.

O Encontro também não esqueceu da importância da qualidade de vida. O geriatra Luiz Eduardo d’Almeida Machado apresentou a palestra “Viver Bem”, com dicas para o cuidado da saúde e a preservação da independência e da autonomia, mesmo numa idade avançada. O consultor de Relações Interpessoais Júlio Machado tratou do tema “Alegria do Perdão”, no qual prega mudanças de atitude que permitam uma vida com menos estresse e ressentimentos.

Campanha Salarial tem dia de mobilização

Uma Assembleia Nacional no dia 19 de Julho decidirá sobre a realização de um Dia Nacional de Mobilização, em 28 de julho. A mobilização deverá ser realizada em conjunto com as categorias unificadas na Campanha Salarial 2011. Além disso, em assembleias Locais, as Delegacias Sindicais vão eleger seus repre-

sentantes nos Comandos Locais de Mobilização.

No final de junho, uma Plenária Nacional debateu estratégias de mobilização para a Campanha Salarial, além de questões relativas à Aduana e à Previdência. A DS/Rio estranha que a DEN não tenha dado garantias de submeter as deliberações da

Plenária à Assembléia convocada para discutir exatamente a Campanha Salarial, sob a alegação de que essas ainda estariam “sendo sistematizadas”. A DS acredita que 20 dias – tempo decorrido entre a plenária e a assembleia — constituem prazo bastante razoável para a consolidação das deliberações em indicativos.

Palestra resgata a história do Imposto de Renda

Um dos pontos altos do recente I Encontro de Ativos e Aposentados da DS/Rio foi a palestra do AFRFB Cristóvão Barcelos da Nóbrega sobre a História do Imposto de Renda, ancorada em fatos curiosos e no resgate do

pano de fundo político e social. Diante do sucesso, a DS vai promover uma nova apresentação do colega, no dia 4 de agosto, às 14h30, na sede da Rua da Quitanda.

Veja a programação:



PROGRAMAÇÃO

ANO	ASSUNTO	DURAÇÃO PREVISTA
—	Abertura	3 min
1815	Napoleão Bonaparte derrotado pelo imposto de renda	8 min
1842	Esqueçam o que eu disse quando era oposição	2 min
1922	Chegou a vez do Brasil	9 min
1926	Rendimento de capital paga mais imposto que rendimento de trabalho	5 min
1934	Escritor, jornalista e professor não pagam imposto de renda	3 min
1939	Governo torna sem efeito decisão do Supremo Tribunal Federal	3 min
1941	Imposto de Renda do solteiro	3 min
1943	Imposto de Renda chega ao topo da arrecadação	9 min
1948	Quem paga antecipadamente, paga menos	3 min
1954	Só tem desconto na fonte quem ganha menos	3 min
1963	Alíquota da tabela progressiva chega a 65%	3 min
1968	Começa a era da Receita Federal	6 min
1969	A tabela progressiva do IRPF, desde a criação da Receita Federal até hoje	15 min
1970	O salário do fiscal, desde primórdios da Receita Federal até hoje	16 min
1980	O Leão ruge pela primeira vez	17 min
1985	Imposto de Renda responde por 57% da arrecadação dos tributos federais	3 min
2010	O adeus do formulário	8 min
—	Encerramento	1 min
—	Duração total	120 min

Clemilce Carvalho:

“Mexer na Previdência é maldade e injustiça com o trabalhador”

A mudança nas regras para a contribuição patronal à Previdência Social — a chamada “desoneração folha de pagamentos” — seria um grande prejuízo para o Orçamento da Seguridade, sem qualquer impacto benéfico no mercado de trabalho. A opinião é da auditora-fiscal Clemilce Carvalho, respeitada especialista no tema, com 50 anos de dedicação à Previdência.

“Não acredito que a medida seja aprovada, apesar do projeto já estar pronto”. Para Clemilce, desonerar a folha equivaleria a dizer que estruturas poderosas, como o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce e grandes conglomerados econômicos não precisariam dar sua contribuição.

A auditora lamenta que os 88 anos de história da Previdência sejam marcados pela crônica inadimplência patronal, sempre premiada com sucessivas anistias. O exemplo mais recente é a redução do prazo para a decadência das dívidas previdenciárias de dez para cinco anos. “Isso fez a dívida ativar cair de R\$ 400 bilhões para R\$ 188 bilhões. Um calote de quase 50%!”.

Fim da decadência- Clemilce defende que as dívidas com a Previdência recebam o mesmo tratamento dado ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. “Alguém já ouviu falar em decadência para o FGTS? O empregador é obrigado a depositar todos os valores devidos, não existe prescrição”.

Sobre o suposto aumento dos postos de trabalho a partir da desoneração da folha, a auditora é taxativa: “Não se verificou nada disso, quando houve a criação do Simples”. Ela lembra que os valores devidos à previdência já entram no cálculo de preços de produtos



Auditora defende fim da decadência das dívidas previdenciárias

e serviços. “A contribuição patronal não é retirada do lucro. Ela está embutida nos preços”.

Depositários infiéis- Para ela, o grande problema é que “uma parcela significativa dos empresários é de depositários infiéis. Cobram do consumidor o que deveriam pagar à Previdência, mas ‘esquecem’ de recolher

“As dívidas com a Previdência devem ter o mesmo tratamento do FGTS: acabar com a decadência”.

esses valores, sempre na expectativa dos Refis e anistias”. A auditora, porém, declara-se otimista: “A desoneração não vai passar. Acredito numa forte reação dos trabalhadores”.

Se o governo quer desonerar os empresários, deveria fazê-lo “com o próprio chapéu”, abrindo mão de algum

tributo que vá para o Caixa da União. Outra possibilidade seria tornar facultativas as contribuições para o chamado “Sistema S”, que são o Sesi, o Sesc, o Senac, retirando da guia de recolhimento da Previdência essa contribuição para terceiros. “Isso já representa uma desoneração de 5%”, lembra Clemilce.

Reforma tributária- Para a auditora, melhor que mexer na Previdência seria fazer uma “reforma tributária de verdade”. A auditora, porém, não considera que sejam os empresários o segmento mais necessitado de uma redução na carga tributária. “Quem precisa ser desonerado é o trabalhador”. Com mais dinheiro para gastar, os brasileiros movimentariam a economia e gerariam mais receita tributária para os estados, municípios e governo federal.

Ela defende a correção da tabela do Imposto de Renda, acabando com o confisco de bilhões de reais, retirado todos os anos dos salários dos trabalhadores. “O povo ganha pouco e os governos são muito ricos. Isso não está certo”.

A auditora considera os ataques à Previdência como “maldosos e injustos” com o trabalhador, que só tem esse patrimônio. “A única coisa que funciona realmente bem neste país é a Previdência Social. Ela não é problema para o país, ela é solução. O que tem que parar é de desvincular esses recursos, através do mecanismo da DRU. No ano passado, sobraram, no caixa do governo, limpinhos, R\$ 58 bilhões de reais, para o governo fazer superávit primário. Se as receitas da previdência tivessem ido integralmente para o caixa da previdência, não haveria porque falar em déficit”.

Porte de Arma:

Acordos reivindicados pela DS asseguram testes psicológicos e curso de tiro



30 colegas já fizeram gratuitamente os testes psicológicos para obtenção do porte de arma

No dia 20 de junho, foram aplicados os testes psicológicos obrigatórios para a obtenção de porte de arma numa primeira turma de 30 AFRFB. O programa é resultado de uma iniciativa da DS/Rio, que reivindicou da administração uma solução para que os colegas tivessem acesso às condições de obtenção do porte de arma sem arcar com os altos custos dos testes e treinamentos.

Os testes foram aplicados na Alfândega do Porto do Rio, integral-

mente bancados por uma verba da Inspetoria do Porto, sem custo para os AFRFB, e foram viabilizados mediante um acordo negociado pelo inspetor do Porto, Éwerson Augusto da Rocha Chada.

O inspetor foi designado pela Superintendência da 7ª RF para, juntamente com a DS/Rio, encontrar soluções que garantam aos colegas acesso às condições exigidas para a obtenção do porte gratuitamente ou a baixo custo.

A aplicação do teste psicológico prosseguirá, nas próximas semanas, sempre para turmas de 30 auditores, respeitando a ordem de inscrição. O treinamento de tiro deverá ser realizado por grupos de 15 auditores, seguindo o mesmo critério e deverá ser gratuito, pois será utilizada uma sobra de munição disponibilizada pelo Exército, que fornecerá os instrutores.

Os interessados ainda podem se inscrever, entrando em contato com a DS/Rio por meio do endereço eletrônico portedearma@sindifisconacional.org.br.

“Unafisco Soft” atropela pleito do Rio

A implantação do “Unafisco Saúde Soft”, nova modalidade do plano mantido pelo Sindicato, atropelou o pleito formalizado por 759 auditores-fiscais do Rio de Janeiro, por meio de um abaixo-assinado à DEN, reivindicando a reabertura das discussões sobre a questão.

O abaixo-assinado foi aprovado numa Assembleia, em fevereiro. O Rio concentra cerca de um terço dos associados do Unafisco Saúde e muitos colegas consideram insuficientes as explicações sobre a criação do “novo produto”. O temor dos colegas, compartilhado pela diretoria da DS/Rio, é que o “Plano Soft” coloque em risco a estabilidade financeira do plano atualmente existente. Com a presença de 396 colegas em Assembleia, o Rio já havia rejeitado a proposta da DEN de criação do chamado “novo produto”.

DRF 2: Mudança para a Barra sai até o final de agosto

Até o final de agosto, a DRF 2 já deverá estar funcionando na Barra da Tijuca. A compra de novos móveis para a unidade já foi concluída e a adaptação do prédio do CAC/Barra já está na fase de instalações de divisórias e de pontos de rede. A informação foi dada pela superintendente da 7ª Região Fiscal, Eliana Polo.

Desde o início do ano, a 7ª RF trabalha com a previsão de fazer a mudança da DRF 2 para a Barra no início do segundo semestre. A adaptação do prédio do CAC foi a solução encon-

trada depois que o Ministério da Fazenda decidiu pelo corte de R\$ 50 bilhões nas verbas de custeio, em fevereiro, frustrando o projeto de aluguel de um imóvel no bairro para abrigar a Delegacia.

A Dicat e a Diort serão totalmente transferidas para a Barra. Já o Gabinete, a Sapol, a Satec e a Sagep manterão parte das equipes na sede do MF e a Difis ficará na Rua 13 de Maio. A solução definitiva para a DRF 2 será a construção de uma sede, num terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Quantitativo de auditores precisa acompanhar crescimento

Situado numa região que registra um dos maiores crescimentos da atividade econômica em todo o país, o Porto de Itaguaí já é responsável por 17% dos valores e 38% do volume das importações realizadas na 7ª Região Fiscal, e por 33% dos valores e 40% do volume das exportações da 7ª RF, chegando a movimentar 300 mil containeres por ano.

“É estimulante ser parte desse processo, mas é preciso que o quantitativo de pessoal, especialmente de auditores-fiscais, acompanhe o crescimento da atividade de comércio exterior”, avalia o inspetor-chefe do Porto de Itaguaí, Marcos Augusto Xavier.

Carência de pessoal- Atualmente, 28 AFRFB estão lotados na Alfândega local, incluindo seis colegas de licença, os quatro integrantes da equipe de Angra dos Reis e os ocupantes das funções de administração. “Na prática, temos apenas 11 colegas atuando na ponta”, revela o inspetor. Para se ter uma idéia da carência de pessoal, o Porto do Rio, quando movimentava 300 mil containeres/ano, contava com 80 AFRFB.

“Em 2008, com muito menos movimento, o Porto de Itaguaí contava com 43 auditores-fiscais”, recorda Xavier. “Estamos indo na contramão de todo o crescimento econômico verificado aqui”. Para o inspetor-chefe, seriam necessários pelo menos 40 AFRFB para fazer frente à atual realidade do Porto.

Estudo e reivindicação- Em meados de maio, o pleito pelo aumento do quantitativo de auditores em Itaguaí foi apresentado ao subsecretário de Adu-



A Alfândega de Itaguaí é responsável por 10% dos tributos recolhidos em toda a 7ª Região Fiscal

ana e Relações Internacionais da RFB, Ernani Argolo Checcucci Filho. Numa visita a Itaguaí, o titular da SUARI assistiu a uma apresentação organizada pelo inspetor Xavier sobre os investimentos que vêm sendo realizados por diversas empresas na região e o impacto que elas terão sobre a demanda pelo porto de Itaguaí.

A análise faz parte de um estudo encomendado, no final de 2010, pela Superintendência da 7ª Região Fiscal, com o objetivo de subsidiar a reivindicação de melhorias estruturais e do quantitativo de servidores no Porto de Itaguaí. “O subsecretário demonstrou estar bastante sensível às nossas necessidades. Embora ainda não haja um cronograma para o atendimento dos pleitos, estamos otimistas”, afirmou o inspetor-chefe.

Risco funcional- A maior preocupação do inspetor-chefe de Itaguaí é com o risco funcional a que ficam submetidos os auditores, já que o pequeno quantitativo de AFRFB resulta numa alta carga de trabalho para todos eles. “Faço questão de alertá-los para que não descuidem da segurança em nome da agilidade”.

Para dar conta do despacho de até 6 mil Declarações de Importação por mês e de até 5 mil Declarações de exportação por semestre, uma das providências da administração local foi acabar com o regime de plantões (24 horas por 72 horas de folga), que vigorava até recentemente. Os AFRFB de Itaguaí agora trabalham em horário administrativo, com revezamento nos finais de semana, e atendem a dez recintos alfandegados. “O quantitativo de declarações não é tão alto, mas o número de adições por DIs é. São muitos containeres com cargas com classificações tarifárias diversas, dificultando o trabalho fiscal”, explica o Inspetor.

Sem remoção- Responsável por 10% de todos os tributos arrecadados na 7ª RF, o Porto de Itaguaí não recebe novos auditores desde 2005. “Temos muita dificuldade de atrair colegas para a lotação aqui, já que viver em Itaguaí é cada dia mais caro, em função da chegada em massa de gente que vem trabalhar nas grandes empresas, além da região não oferecer muitas opções de lazer, escolas e as comodidades que as famílias normalmente necessitam”, conta o inspetor.

Quase todos os AFRFB lotados em Itaguaí moram no Rio de Janeiro e enfrentam, em média, 160 minutos de viagem, ida e volta, diariamente. Ainda assim, a localidade poderia atrair colegas hoje lotados em fronteiras distantes, num concurso de remoção. Mas a classificação adotada para a RFB para o Porto de Itaguaí não favorece essa opção. “Pelos critérios definidos em Brasília, nós estamos funcionando com o quantitativo correto, o que impede a abertura de vagas para remoção”, lamenta Xavier.

DS/Rio propõe articulação para assegurar inclusão da RFB no Plano Estratégico de Fronteiras

A Plenária Nacional de Mobilização, realizada em Brasília nos dias 29 e 30 de junho, aprovou a proposta da DS/Rio de que seja construída uma grande articulação de toda a categoria para assegurar que a Receita Federal do Brasil seja incluída no Plano Estratégico de Fronteiras.

Pela proposta da DS/RJ, a DEN deverá organizar em Brasília, junto ao SRF, a mesma pressão feita pelas DS.

“Este é um pleito que deve unir toda a instituição, mobilizando os auditores-fiscais das diversas áreas e todos os níveis da administração”, explica Aelio Santos Filho, presidente da DS. De acordo com a proposta, todas as Delegacias Sindicais devem buscar engajar os colegas de sua base e os administradores locais e os superintendentes. “A pressão deve começar em casa. A cúpula da RFB precisa reivindicar ao governo a participação da instituição nesse projeto”, defende Aelio.

A DS já solicitou uma reunião com a superintendente Eliana Polo, buscando assegurar o engajamento da administração da 7ª RF nessa mobilização. Ao mesmo tempo, a DS vinha tomando a iniciativa de articular as demais Delegacias Sindicais para que essas mobilizassem os AFRFB e os administradores. “Quando a DEN levar o pleito ao secretário da RFB, é importante que ela esteja respaldada por toda a base e que o secretário perceba a mesma disposição nos administradores”, destaca Aelio. Aprovada na Plenária, a iniciativa da DS agora é uma diretriz nacional.

DIREP- A DS/Rio também reuniu-se, no dia 20 de junho, com os colegas da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp da 7ª RF, para discutir formas de assegurar a revisão do Decreto 7.496 — que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras do governo federal — de modo a incluir a RFB no projeto.

Os colegas da Direp divulgaram, no dia 17 de junho, uma “Carta Aberta ao Sindifisco Nacional”, na qual manifestam “estarcimento e indignação” diante da exclusão da RFB no Plano Estratégico de Fronteiras e pelo que classificaram de “tímida reação” do Sindicato frente a esse desprestígio da instituição (*veja quadro*).

No encontro com a DS, os auditores lotados na Direp defenderam a luta pela inclusão da Receita Federal entre as instituições encarregadas da Segurança Pública, definidas pelo Artigo 144 da Constituição Federal. Para os colegas, a realidade atual impõe uma série de limitações à atuação da RFB e vulnerabiliza os auditores fiscais, que tem a atribuição de combater uma série de crimes, como o contrabando e o descaminho, sem a contrapartida de prerrogativas asseguradas às autoridades dos demais órgãos de segurança.

Audidores da DIREP 7ª RF cobram da DEN empenho na defesa das atribuições da Aduana

O esvaziamento da Aduana, com a perda de atribuições constitucionais, pode ser uma das conseqüências da exclusão da Receita Federal do Plano Estratégico de Fronteiras, um projeto do governo que visa a intensificar as operações de combate ao tráfico, à violência e ao contrabando. O alerta foi dado pelos colegas lotados na Direp da 7ª RF, numa carta aberta na qual manifestam “estarcimento” e “indignação” com o que consideram “omissão da administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil” e com a “tímida reação do Sindifisco Nacional” diante da exclusão da RFB.

Para os colegas da Direp 7ª RF, a postura da administração central poderia ser “reflexo da influência” de correntes internas da RFB “que não simpatizam nem com a Aduana nem com a Repressão”. Para eles, a exclusão da Receita de um plano que prevê a proteção das fronteiras é “absurda e bizarra”, já que ignora as prerrogativas constitucionais da RFB.

Tradição de luta- Os AFRFB da Direp cobram do Sindifisco Nacional um “posicionamento firme” para reverter a exclusão da RFB e lembram que, no plano sindical, sempre coube aos colegas

da Aduana um papel essencial nas mobilizações da categoria por melhores condições de trabalho e remuneração.

Eles destacam, ainda, que, apesar dos “escassos recursos de pessoal e de material alocados pelo governo e pela própria administração da RFB” na área aduaneira — situação que tem facilitado a prática do contrabando e do descaminho—o resultado do trabalho dos AFRFB nessas áreas “ainda apresenta resultados satisfatórios, em grande parte por conta de abnegação e idealismo de alguns no exercício de nossas atribuições”.

Defesa Profissional:

Sindifisco precisa retomar sua capacidade de proteger a categoria

A recente demissão do auditor-fiscal Cesário Ferreira, filiado à DS/Rio, revela a fragilidade da política de Defesa Profissional do Sindifisco Nacional. A opinião é do diretor da DS, João Abreu, para quem o Sindicato vem perdendo a capacidade de efetivamente defender a categoria. “Do ponto de vista técnico e jurídico, a defesa do colega foi bem feita, mas faltou a ação política e o poder de pressão do conjunto dos auditores”.

Cesário foi chefe da Divisão de Vigilância e Repressão do Porto de Manaus. Em 2002, uma carta anônima desencadeou uma investigação contra um grupo de servidores da Receita Federal. O colega, originalmente arrolado como testemunha, foi transformado em réu por ter tido o nome citado em conversas telefônicas interceptadas no decorrer da investigação. Apesar de inocentado pelo depoimento do chefe da operação conduzida pela Polícia Federal e de ter obtido um parecer favorável da Divisão de Ética da Corregedoria, que considerou insuficientes as provas contra ele, o auditor teve a demissão pedida pela PFN.

DS/Rio formalizou à DEN um pedido para que o Sindifisco Nacional faça gestões junto ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e à Procuradoria Nacional da Fazenda, buscando reverter a demissão do auditor, assinada pelo ministro no último dia 19 de maio.

Nesta entrevista, o diretor de Defesa Profissional da DS/Rio, João Abreu, analisa o caso de Cesário e defende maior vigor do Sindifisco Nacional na defesa da categoria, hoje centrada em paliativos como as propostas de empréstimos cobrir o salário dos demitidos e pagamentos de “honorários especiais” nos casos considerados “emblemáticos”.

Agente Fiscal- A DS/Rio assumiu liderança nacional na rejeição à criação

do Fundo de Empréstimo aos Demitidos. A demissão de um filiado com base num processo que a DS considera mal conduzido e cheio de inconsistências altera a posição da DS?

João Abreu- De jeito nenhum, a DS/Rio reafirma sua posição que, aliás, não é só da diretoria, mas da Assembleia Local. O processo contra Cesário tem uma série de erros, verdadeiras fraturas expostas. Mas o colega precisa é de um sindicato que lute para reverter sua demissão, não de um sindicato que lhe pague uma mesada.

Agente Fiscal- Quais são os defeitos encontrados pela DS nesse processo?

Não há qualquer prova contra o auditor. Quem diz isso é a corregedoria.

João Abreu- Simplesmente não há qualquer prova contra o auditor. E quem diz isso não é a DS, é a própria Corregedoria da Receita Federal, por meio de sua Divisão de Ética. A DS segue sempre a premissa da presunção de inocência de todos os auditores. Mas este caso específico é clamoroso: o auditor foi citado numa carta anônima e, posteriormente, em conversas telefônicas. Só. De testemunha, o colega foi convertido em réu sem que se tivesse uma única prova material contra ele. Se essa demissão vingar, terá graves repercussões sobre a segurança funcional de toda a categoria.



João Abreu: “Faltou atuação sindical no caso do colega Cesário”

Agente Fiscal- Seria, portanto, um “caso emblemático”?

João Abreu- Como eu disse: o caso é uma fratura exposta. O colega colocou o PAD à disposição da categoria e fez uso da Assistência Jurídica Individual, o que significa que ele abriu mão de seus sigilos fiscal e bancário. Mas, ainda assim, não advogo um tratamento especial para ele. Volto a repetir, *todos* os auditores devem ter o direito à presunção de sua inocência.

Além do mais, se o caso tivesse sido tratado como “emblemático”, com pagamento de honorários maiores a escritórios renomados, será que a demissão teria sido evitada? Acredito que não, pois a questão foi bem enfrentada do ponto de vista técnico pelo escritório de AJI e pelo departamento jurídico do Sindifisco. O que faltou foi a ação política.

Agente Fiscal- Por exemplo?

João Abreu- Acredito que faltou atuação *sindical* na defesa do colega. A assistência jurídica foi muito bem feita, mas há aspectos que determinaram a demissão do colega que precisariam ter sido enfrentados com pressão política. O sindicato não é um mero balcão de assistência jurídica e de assistência social, que banca advogados

e, caso não dê certo, paga um salário a título de consolação.

Agente Fiscal- A proposta de criação da chamada “bolsa malfeitor” seria um sintoma de que o Sindicato estaria perdendo a condição de fazer a efetiva defesa profissional de seus filiados?

João Abreu- Com certeza. Até porque o que é mais importante não é o dinheiro, mas a honra e o pleno exercício do cargo. Lógico que o salário é importante, mas é fundamental que esse salário seja recebido como tal, não como um empréstimo, uma mesada, um favor. Fazemos jus ao salário de AFRFB quando passamos no concurso. Quando uma entidade chega ao ponto de debater a possibilidade de pagar o salário de seus demitidos, é porque sua política de Defesa Profissional está, no mínimo, fragilizada.

Guardando as devidas proporções, a situação é comparável aos cortes de ponto da greve de 2008. O simples fato de o Fundo de Mobilização ter coberto o prejuízo financeiro dos colegas, isso não quer dizer que o Sindicato deva abrir mão de lutar pela reversão desses cortes, pois, além de toda a repercussão funcional, não podemos abrir mão da luta política pelo direito de greve. Não se trata de uma questão material, mas de uma questão estratégica: a capacidade de uma categoria se mobilizar para lutar por seus interesses. No caso das demissões, estratégico é sanar a insegurança funcional e não limitar-se a garantir o salário.

Agente Fiscal- Qual a proposta da DS/Rio para remediar esta situação?

João Abreu- No caso de Cesário, as ações técnicas já não são suficientes. O presidente do Sindicato precisa ir ao ministro, expor a situação, pressionar pela reversão da demissão. É preciso que a DEN vá ao ministro, ao procurador da Fazenda, ao secretário da Receita

Agente Fiscal- Como você vê a decisão da PFN pela demissão do auditor, mesmo com o parecer da Corregedoria, que o absolvía?

João Abreu: Entendo que a DEN deveria mobilizar a categoria e atuar junto ao governo para garantir a alteração do

Decreto 3035, de 1999 e tornar dispensável a manifestação prévia do órgão de assessoramento jurídico dos Ministérios, quando houvesse parecer favorável à absolvição do acusado em processos administrativos disciplinares prolatado pelos Corregedores dos órgãos subordinados aos Ministros ou da própria Controladoria Geral da União.

Infelizmente, vejo nos últimos anos meras ações pirotécnicas, destinadas a afagar o ego da categoria, sem, contudo, qualquer efetividade concreta. Em nome de uma LOF que nos garantirá, quando aprovada, o direito a só perder o cargo com o processo transitado em julgado, estamos imobilizados, deixando empreender qualquer outro tipo de ação.

Sou uns dos maiores defensores da LOF, no CONAF 2000 defendi tese para que elaborássemos um plano de carreira e por ele mobilizássemos a categoria. Passados 12 anos, o projeto ainda se encontra percorrendo as gavetas governamentais. E até a sua aprovação, vamos ficar inertes, assistindo incongruências semelhantes às ocorridas no processo Administrativo Disciplinar do Cesário? O que é mais fácil, alterar um simples decreto presidencial ou aprovar a LOF? Há incompatibilidade em lutar concomitantemente nos dois sentidos?

A luta pela LOF é importante, mas não pode ser concebida com a salvação de todos os nossos males e até lá a direção sindical não pode continuar inerte, apática às falhas da legislação que gerem os processos administrativos precitados.

Agente Fiscal- Há outro exemplo de alteração legislativa que a DEN deveria estar mobilizando a categoria?

João Abreu- Sim, há outros exemplos, como a redação do § 1º do artigo 142 da Lei 8.112/1990, que prevê que o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido e não quando a falta fosse cometida.

Ora, novamente temos o ciclo vicioso indicado na resposta anterior. A DEN reconhece o problema, mas vê

como única solução a aprovação da LOF. Mas por que não mobilizamos a categoria, em conjunto com os demais servidores públicos, objetivando alterar este dispositivo legal, que, na prática torna as faltas administrativas quase que imprescritíveis? Para não ser cansativo, remeto aos interessados o trabalho da DS/RJ disponibilizado em nosso site acerca do assunto, no endereço eletrônico: <http://www.sindifisconacional-rj.org.br/publicacoes/Cartilha.pdf>

Palestra orienta procedimentos em emergências

O correto atendimento médico em emergências pode salvar a vida da vítima ou garantir uma recuperação mais rápida e com menores seqüelas. Pensando nisso, o Unafisco Saúde promove uma palestra sobre a remoção de pacientes, para tirar as dúvidas de seus associados sobre os serviços oferecidos pelo plano para casos de acidentes na via pública — cujos primeiros socorros são competência do Serviço de Emergência das Prefeituras (192).

O Unafisco Saúde Premium, porém, oferece serviço de remoção entre hospitais, remoção aérea e atendimento residencial, além de orientar a escolha do hospital de destino.

A palestra será realizada no dia **2 de agosto, às 15 horas**, no auditório da Sede da Rua da Quitanda. É importante comparecer acompanhado de uma pessoa de confiança, que seria responsável pelo associado em caso de emergência médica. As vagas são limitadas e é necessário confirmar a presença 26 de Julho, pelos telefones 2507-6063 (Cláudia) ou 3125-3800 (Quele).

Estrelas do Amanhã

Fruto da mobilização solidária dos auditores-fiscais do Rio de Janeiro, o Projeto Estrelas do Amanhã completa 19 anos de existência, pronto para novos projetos e desafios. Além do bem sucedido programa de reforço escolar oferecido às crianças de 8 a 12 anos de idade, do Morro de São Carlos, a organização deu início, agora em 2011, ao projeto Comunidade Viva, visando adolescentes e pré-adolescente, com oficinas de literatura, reforço escolar em matemática, curso de designer gráfico e aulas de computação.

Criado em 1992, inspirado na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o projeto começou suas atividades no Morro do Queirosene, no Centro do Rio. Em 2004, inaugurou a Casa Estrelas do Amanhã, no Morro de São Carlos, onde diariamente 48 crianças da comunidade recebem apoio especializado para desenvolver a linguagem, práticas sociais, expressões artísticas e o aprendizado de matemática.

“Nossa função é facilitar o entendimento das matérias escolares”, explica a coordenadora técnica do programa, Glecy Naegele Barbiratto. A composição das turmas — com um máximo de 12 alunos — permite que as professoras possam dar atenção individualizada a cada uma das crianças, tirando dúvidas e potencializando



Ney Coelho (Presidente), Patrícia (Coordenadora) e Neide Velloso (Vice-presidente)



Em turmas de apenas 12 alunos, as crianças recebem atenção especial.

a capacidade de aprendizado de cada uma. “Nós não fazemos as tarefas escolares com eles. Nós os ajudamos a compreender o conteúdo das matérias”, diz Glecy.

O projeto também mantém uma turma voltada para crianças que, apesar de terem completado o ciclo formal de alfabetização, ainda não desenvolveram um domínio da leitura e da escrita. Além disso, atividade como as “rodas de conversa” e o uso do computador para pesquisas estimulam nos pequenos o gosto pelo aprendizado.

“Queremos ensinar às nossas crianças que a Educação e o conhecimento são valores importantes. Procuramos envolver também as famílias nesse processo, por meio de reuniões semestrais”, conta Glecy.

Comunidade Viva- A grande novidade do Estrelas do Amanhã é o programa Comunidade Viva, iniciado em 2011 e que já conta com 12 alunos na turma de matemática, seis nas aulas de português e 20 no curso de designer gráfico, além da oficina de Literatura, ministrada pela auditora-fiscal Eridan Maria Veloso de Passos. Recentemente, doações e parcerias permitiram ao projeto inaugurar uma sala de computação com equipamento moderno e instalações confortáveis.

“É uma forma de estendermos o atendimento às faixas etárias mais ele-

vadas e estreitar os laços com a comunidade”, diz a fonoaudióloga Patrícia Cristina Lopes da Silva, coordenadora-geral do projeto. Com a chegada da UPP do Morro de São Carlos e a pacificação da comunidade, Patrícia acredita que novas estratégias para o estreitamento do vínculo do Estrelas do Amanhã com os moradores da área poderão ser lançadas. “Nós sempre buscamos manter o contato com nossos ex-alunos, nas nossas festas e atividades”.

O Estrelas do Amanhã é mantido com a contribuições voluntárias — a maioria proveniente de auditores-fiscais. Sua atual diretoria tem o AFRFB Ney Coelho na presidência, a AFRFB Neide Soares Velloso na vice-presidência e a diretora da DS/Rio Gláudia Mamede como diretora Administrativa. “Apesar de ser uma iniciativa independente, sem participação formal do Sindicato, temos um grande orgulho da generosidade e disposição dos colegas que, em quase 20 anos, vêm contribuindo para melhorar a vida de muitos brasileirinhos”, afirma o presidente da DS/Rio, Aelio Santos Filho.



Ney recebeu os representantes da DS Aelio (Presidente) e Maria Alice Wiltshire (Vice-Presidente), na sede do projeto

Muita festa e brincadeiras no Arraiá da DS/Rio

Os auditores-fiscais e suas famílias celebraram com muita animação as tradições juninas no “Arraiá do Sindifisco”, promovido pela DS/Rio no dia 1º de julho, no Clube 17, no Jardim Botânico.

Organizada pela diretoria de Administração e de Assuntos de Aposentadorias e Pensões, a festa teve brincadeiras como corrida de saco e ovo na colher, quadrilha, e dança das cadeiras, além das tradicionais comidas típicas e jogos. Confira nas imagens:

A corrida de saco foi o muito disputada



Barraquinhas com comidas típicas e muito forró embalam a confraternização

